

Fundamentalismo e Dispensacionalismo: evangélicos e o engajamento contra a Modernidade

Fundamentalism and dispensationalism: evangelicals and the engagement against modernity

Liniker Henrique Xavier
Universidade Católica de Pernambuco - Brasil

Resumo

Neste artigo tratamos da definição de modernidade, destacando como a evolução desse conceito repercute nas esferas da religião e identidade individual, levando a uma pluralidade que se traduz em uma crise de sentido. A partir disso, o texto conecta tais ideias com as respostas teológicas e sociais que surgem como reação a esses fenômenos. Posteriormente, o foco se volta para o fenômeno do fundamentalismo, tratando-o como uma consequência paradoxal da modernidade, que tenta solucionar a crise de sentido recorrendo a uma interpretação estrita dos textos sagrados. A análise avança ao discutir o impacto desse fundamentalismo nas atitudes de grupos evangélicos em relação aos conflitos do Oriente Médio, com ênfase especial na tensão entre Israel e Palestina. Nesta seção, o artigo descreve como determinadas leituras fundamentalistas da Bíblia, especificamente o dispensacionalismo, conduzem a uma leitura política dos textos sagrados, contribuindo para uma perspectiva que nega os princípios da modernidade e suas complexidades.

Abstract

In this article, we address the definition of modernity, highlighting how the evolution of this concept has repercussions in the realms of religion and individual identity, leading to a plurality that translates into a crisis of meaning. From this standpoint, the text connects such ideas with the theological and social responses that emerge as reactions to these phenomena. Subsequently, the focus shifts to the phenomenon of fundamentalism, treating it as a paradoxical consequence of modernity, which attempts to resolve the crisis of meaning by resorting to a strict interpretation of sacred texts. The analysis proceeds to discuss the impact of this fundamentalism on the attitudes of evangelical groups regarding conflicts in the Middle East, with special emphasis on the tension between Israel and Palestine. In this section, the article outlines how certain fundamentalist readings of the Bible, specifically dispensationalism, lead to a political interpretation of the sacred texts, contributing to a perspective that denies the principles of modernity and its complexities.

Palavras-chave

Israel.
Palestina.
Pluralismo.
Política.
Pentecostalismo.

Keywords

Israel.
Palestine.
Pluralism.
Politics.
Pentecostalism.

Introdução

Ao mergulharmos na complexa discussão sobre o fundamentalismo religioso, emergem diversas nuances interpretativas, algumas das quais são encapsuladas nas anedotas que circulam entre os fieis membros de igrejas evangélicas, especialmente as pentecostais e neopentecostais. Uma dessas histórias jocosas questiona: "Qual é o fruto proibido no Éden?" Prontamente, a resposta surge: "É o coco!" A interrogação se segue, "Coco? Por quê?!" E a explicação vem: "Porque na Bíblia diz que Eva tomou do fruto e comeu... a única fruta que se 'toma' e come é o coco!" Este episódio humorístico ilustra, com leveza, o cerne de uma interpretação fundamentalista: a aderência a um literalismo textual que, muitas vezes, ignora as complexidades linguísticas, culturais e simbólicas embutidas nos textos bíblicos. Através desta lente, o fundamentalismo constrói uma realidade teológica firmemente ancorada na palavra escrita, cuja exegese literal pode tanto conferir clareza quanto provocar equívocos interpretativos, desafiando assim os limites entre a fé e a hermenêutica.

O emprego do tempo verbal futuro do pretérito no discurso pode refletir uma dimensão curiosamente alinhada com a mentalidade fundamentalista. Assim como o fundamentalismo olha para os textos antigos com uma visão de retorno a um estado idealizado de crença e prática — "se as escrituras fossem seguidas ao pé da letra, o mundo estaria em ordem" —, o futuro do pretérito articula realidades que poderiam ter se concretizado sob condições específicas, mas que não se realizaram. Essa conjugação verbal carrega consigo um certo saudosismo e uma inclinação a ponderar sobre cenários hipotéticos ou condições ideais não cumpridas, o que se assemelha à forma como os fundamentalistas contemplam um passado bíblico e uma projeção escatológica que deveriam moldar o presente e o futuro. Ambos, o tempo verbal e a doutrina, expressam um estado de coisas não alcançado, uma realidade que poderia ter sido — ou que ainda poderia ser — se determinados preceitos fossem ou forem seguidos.

À medida que a humanidade avança na cronologia da Modernidade, os desafios inerentes à interpretação e aplicação de textos antigos em contextos

sociais e culturais em constante evolução tornam-se cada vez mais complexos. Em meio a essa jornada, o documento "A interpretação da Bíblia na Igreja", produzido pela Pontifícia Comissão Bíblica, marca um ponto de inflexão crucial no que tange ao entendimento dos textos sagrados, ao celebrar seus 30 anos, convida-nos a uma profunda reflexão sobre a dinâmica dos estudos bíblicos nas tradições religiosas que veneram a Bíblia. A importância deste convite é amplificada no cenário atual, onde o crescimento de interpretações fundamentalistas e a emergente onda de negacionismo científico desafiam o diálogo entre fé e razão, constituindo um terreno fértil para o surgimento de crises de sentido, intrínsecas ao período moderno.

Neste artigo, pretende-se investigar as implicações da adesão ao fundamentalismo bíblico como resposta a essas crises, especialmente no seio das comunidades evangélicas. A ascensão do dispensacionalismo, uma hermenêutica que enfatiza a divisão da história da salvação em distintas economias ou "dispensações", é um exemplo notável de tal fenômeno. Ao adotar uma leitura que identifica o Israel bíblico com o Estado político moderno de Israel, correntes dispensacionalistas acabam por oferecer justificativas teológicas para a complexa e muitas vezes conturbada realidade do conflito israelense-palestino. Essa perspectiva espiritualiza e politiza textos sagrados, usando-os como ferramenta para endossar atitudes e políticas contemporâneas, muitas vezes em detrimento da empatia e do diálogo intercultural.

Ao optar por um olhar crítico sobre essa tendência, o presente trabalho busca elucidar como o fundamentalismo e as leituras literais da Bíblia atuam não apenas como um mecanismo de defesa contra os dilemas da Modernidade, mas também como um meio de construir uma realidade alternativa que oferece respostas simples para questões complexas. Esta abordagem nega a multiplicidade de interpretações e o desenvolvimento de uma exegese que incorpora métodos histórico-críticos, psicológicos, sociológicos e literários, conforme recomendado pela Pontifícia Comissão Bíblica. Em consequência, as nuances e a riqueza textual são muitas vezes ignoradas, levando a conclusões que podem contribuir para conflitos sociais e tensões geopolíticas.

Modernidade e Crise de Sentido

A modernidade emergiu como um horizonte temporal caracterizado por transformações profundas na ordem social, política e cultural, onde a liberdade individual, o progresso e a autonomia dos sujeitos aparecem como ideais paradigmáticos. Peter Berger (2017) articula uma visão da modernidade ao enunciar que ela é “um produto de mudanças provocadas pela ciência e pela tecnologia criadas nos últimos séculos” (p. 26), capturando assim a essência de um fenômeno complexo com um grau de simplicidade que não diminui a profundidade de sua descrição. Esta definição aparece em trabalhos de outros teóricos que, embora distintos em abordagem e linguagem, convergem no entendimento do impacto transformador da modernidade. Max Weber, em "Ensaio de sociologia" (1982), debruça-se sobre a modernidade com uma perspectiva que identifica o "desencantamento do mundo" como um de seus atributos centrais, observando o declínio de sistemas tradicionais de autoridade e o advento de uma racionalidade técnica que redimensiona não apenas as estruturas de poder, mas também as formas de conhecimento.

Weber (1982) argumenta que a racionalidade prática tornou-se a pedra angular da vida moderna, expandindo-se para além do domínio teórico e enraizando-se nas práticas cotidianas das sociedades ocidentais. Este movimento resultou na organização da vida social de acordo com princípios de eficiência burocrática, onde a escolha de instrumentos e métodos é ditada por critérios de utilidade e produtividade. Na esteira dessa evolução, a modernidade tem se caracterizado pela crescente instrumentalização da existência, na qual a maximização dos resultados por meio da utilização otimizada de recursos tornou-se um objetivo a ser alcançado dentro de parâmetros preestabelecidos de tempo e qualidade. Segundo Weber, o desenvolvimento dessa racionalidade prática veio acompanhado de um processo de desencantamento, no qual o espaço anteriormente ocupado pelo mistério e pelo divino foi usurpado pela lógica e pelo cálculo:

A crescente intelectualização e racionalização não indicam, portanto, um conhecimento maior e geral das condições sob as quais vivemos. Significa mais alguma coisa, ou seja, o conhecimento ou crença em que, se quiséssemos, poderíamos ter esse conhecimento a qualquer momento. Significa

principalmente, portanto, que não há forças misteriosas incalculáveis, mas que podemos, em princípio, dominar todas as coisas pelo cálculo. Isto significa que o mundo foi desencantado (Weber, 1982, p. 165).

Habermas oferece uma perspectiva alternativa sobre a modernidade, entendendo-a não como um período histórico concluído, mas como um processo em constante evolução. Ele reconhece a crescente aplicação da racionalidade como um catalisador para o desencantamento do mundo, processo esse que começa a reconfigurar e, em certa medida, a substituir as representações religiosas e míticas que outrora permeavam a consciência coletiva. Habermas (2002) aprofunda essa noção ao definir o conceito de modernização, descrevendo-o como um entrelaçado de processos cumulativos e sinérgicos. Segundo ele,

O conceito de modernização refere-se a um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal e, à secularização de valores e normas (2002, p. 5).

Libânio insere uma complexidade adicional ao debate sobre a modernidade, enfatizando-a como o período que consagra a razão. Contudo, ele prontamente nos alerta que essa ascensão não é um fenômeno monolítico ou universal. Segundo ele, o avanço da racionalidade moderna é fragmentado e heterogêneo, variando significativamente entre diferentes nações, grupos sociais, setores econômicos, e até mesmo entre indivíduos com distintos interesses. Libânio ressalta que a modernidade não opera de maneira uniforme ou com efeitos padronizados; ela é, de fato, uma realidade histórica intrincada, entrelaçada tanto por elementos previsíveis, que seguem uma lógica discernível, quanto por aspectos aleatórios e contingenciais (LIBÂNIO, 1995, p. 117).

Para Goergen, os principais traços do que se convencionou a chamar de modernidade são a) O desencantamento da visão metafísica/transcendentalista/teológica e a adoção de uma visão secular de

liberdade, felicidade e salvação; b) A substituição da fé como meio de conhecimento e salvação pela razão como forma de conhecimento científico e vida melhor; c) A instauração da concepção mecânica do mundo regido por leis matemáticas acessíveis racional/cientificamente; d) A possibilidade de domínio da natureza mediante o conhecimento das leis a ela inerentes; e) A adoção da ideia de progresso com base no conhecimento científico e seu aproveitamento tecnológico; f) A formulação de princípios éticos, racionalmente fundamentados; g) O enfoque do conhecimento depositado na subjetividade e no indivíduo (Goergen, 2012, p. 154).

No cerne das reflexões sobre a modernidade e sua relação com a esfera religiosa, Berger inicialmente subscreveu à teoria da secularização, que pressupunha que os ventos da modernidade inevitavelmente levariam ao declínio do fenômeno religioso. Esta posição, no entanto, foi submetida a um escrutínio diante do corpus crescente de dados empíricos que emergiram em escala global. Reavaliando suas percepções iniciais, Berger admitiu a heterogeneidade e a complexidade inerentes aos processos de secularização, reconhecendo não apenas a persistência, mas em alguns casos, um vigoroso ressurgimento da religiosidade em várias partes do mundo. Em uma reviravolta analítica, Berger (2017) reviu sua compreensão anterior, afirmando que “o nosso mundo não é nada secular, mas tão religioso como outrora, e em alguns lugares mais ainda” (p. 11). Este reconhecimento levou-o a identificar uma realidade emergente nas sociedades contemporâneas: o pluralismo religioso, que abre um leque de opções confessionais, oferecendo aos indivíduos uma diversidade antes inimaginável de escolhas religiosas e espirituais. Expandindo a compreensão de modernidade para além de uma manifestação única e monolítica, Berger (2017) enfatiza sua pluralidade ao declarar que “a modernidade não aparece em apenas uma versão, mas sim, em múltiplas” (p. 138).

A infraestrutura da modernidade, contudo, embora tenha impulsionado avanços significativos, também se apresentou como um vetor de crises, afetando profundamente o âmbito do subjetivo e do intersubjetivo, particularmente no que tange à incessante procura por significado. A modernidade, em sua expansão e consolidação de liberdades, frequentemente

induziu nos indivíduos uma sensação de desorientação - uma vertigem da liberdade, por assim dizer. Essa desorientação se manifesta na forma como os sujeitos se relacionam entre si e na relação que estabelecem com a transcendência. As estruturas tradicionais que anteriormente orientavam a compreensão do mundo e do lugar do indivíduo nele agora dão lugar a um terreno onde a autoridade e a certeza são descentralizadas, resultando em um espaço ampliado para questionamentos e incertezas na busca por propósito e sentido existencial:

A vertigem da libertação abre caminho para uma inquietação crescente. É como se não houvesse chão para se manter; nada é certo, e não há mais guias confiáveis para dizer como se deveria viver. Agora se busca uma nova libertação, uma libertação da antiga libertação que abolira as velhas coações institucionais. O que se segue tipicamente é a reconstrução de instituições, sejam elas antigas ou novas (Berger, 2017, p. 33).

Na virada para a Modernidade, enquanto se desconstroem certezas e paradigmas longamente estabelecidos, emerge simultaneamente um vácuo, uma ausência de sentido transcendental ou de fundamentos inabaláveis que gera uma procura incansável por significado. Berger e Luckmann (2012) elucidam que "vivências puramente subjetivas são o fundamento da constituição do sentido: estratos mais simples de sentido podem surgir na experiência subjetiva de uma pessoa" (p. 17). A sensação de vertigem que acompanha a modernidade pode ser compreendida como uma metáfora para a desorientação experimentada diante de um mar de possibilidades ilimitadas e a erosão de estruturas antes confiáveis que davam direção à existência humana. Em eras passadas, instituições como a religião, a monarquia e a comunidade forneciam uma bússola moral e cognitiva, cristalizando o sentido e direcionando as ações sociais. No entanto, a modernidade insurgiu-se reivindicando a autonomia de diferentes domínios da vida.

Correa de Araújo (2007) captura essa transformação ao afirmar que "a razão moderna afirma sua autonomia através da liberdade. Com isso, a modernidade pensou ter chegado à afirmação do ser humano autônomo, sujeito de si e da história" (p. 56). Berger e Luckmann (2012) complementam essa visão, elucidando que o fenômeno moderno poderia ser visto como uma

arena em que diferentes “fornecedores de sentido” competem pelo favor de um público cada vez mais cético e paralisado pela “dificuldade de escolher, entre uma infinidade de ofertas, a mais adequada” (p. 22). A própria religião, tradicionalmente uma fábrica de sentido, encontra-se desafiada pela pluralidade que a modernidade semeia.

A crise de sentido que brota deste solo é um dilema central da modernidade. O que era outrora aceito sem questionamentos, agora está sujeito a uma análise minuciosa, e frequentemente, à deslegitimação. O percurso em busca de significado, que em tempos antigos era uma empreitada coletiva, converteu-se em uma peregrinação individual e introspectiva. Dentro deste labirinto de incerteza, as instituições religiosas surgem como faróis, prometendo um oásis de estabilidade. Elas oferecem uma narrativa coerente, arraigada em verdades transcendentais, buscando aplacar a vertigem trazida pela modernidade e fornecer respostas à essa crise de significado. Por intermédio de suas doutrinas e rituais, elas postulam a existência de uma realidade inalterável, uma constância que se contrapõe à fluidez moderna, aspirando restaurar uma ordem no coração do caos contemporâneo.

Pluralidade e Fundamentalismo

Na cartografia da modernidade delineada por Peter Berger, além da crise de sentido previamente mencionada, há um fenômeno paralelo de significativa importância: a pluralidade de cosmovisões. Berger reavalia o conceito de secularização, outrora entendido como um corolário inevitável da modernidade, reconhecendo que o cerne da modernidade transcende a mera evolução tecnológica e científica. Em vez disso, Berger identifica a modernidade como uma era distinta, marcada por um pluralismo sem precedentes, definida pela convivência simultânea e por vezes conflituosa de múltiplas visões de mundo dentro de um mesmo tecido social.

Este panorama transmuta o espaço social em um complexo caleidoscópio de processos, convergindo em um espectro de diversidade que Berger percebe como a verdadeira essência da modernidade. Longe de se

render à noção de que a fé enfrenta a inevitabilidade da secularização, Berger (2017) argumenta que "o cenário coloca a fé diante de um grande desafio, mas, agora, Berger entende que esse desafio não é necessariamente a secularização" (p. 53). Assim, o que se revela é um campo de interações dinâmicas onde a fé se engaja com a pluralidade, moldando-se e sendo moldada pelo polifônico diálogo das culturas no alvorecer do século XXI. De acordo com Berger,

o pluralismo é uma situação social na qual pessoas de diferentes etnias, cosmovisões e moralidades vivem juntas pacificamente e interagem amigavelmente. Faz pouco sentido falar de pluralismo quando as pessoas não falam umas com as outras. Para que o pluralismo desencadeie a sua plena dinâmica, deve haver conversação constante. O que acontece, então, é o que chamei de contaminação cognitiva (Berger, 2017, p. 20).

Berger e Luckmann entendem por pluralismo o entrelaçamento das diversas comunidades de sentido, sugerindo que, "quando ele mesmo se desenvolve como um valor supraordenado para a sociedade, podemos falar em pluralismo moderno" (Berger; Luckmann, 2012, p. 37). Berger postula que o pluralismo, para que se consolide como tal, exige um diálogo contínuo, uma troca onde "as pessoas continuem a falar umas com as outras e influenciando umas às outras" (Berger, 2017, p. 21). Assim nasce a relativização das certezas, um fenômeno inerente ao pluralismo advindo da modernidade. As verdades, que antes eram vistas como absolutas e de alcance universal, passam a ser entendidas como relativas e contextualizadas, pois "a relativização é a compreensão de que a realidade pode ser percebida e vivida de uma maneira diferente daquela que alguém pensava ser a única possível" (Berger, 2017, p. 24).

Contudo, as dinâmicas da crise de sentido e do pluralismo, embora representem uma singular oportunidade de expansão e renovação, exigem das instituições religiosas uma resposta ágil e adaptativa. A condição de relativização impõe às igrejas a necessidade de se posicionar com celeridade, dada a sua tendência intrínseca ao conservadorismo, que se acentua assim que se estabelecem como força predominante em uma sociedade. Berger e

Luckmann destacam que “igrejas são inerentemente conservadoras, logo que conseguem estabelecer seu monopólio em uma dada sociedade” (1985, p. 165). No entanto, o contexto pluralista, ao mesmo tempo que pode dar proeminência a essas instituições, as obriga a enfrentar uma concepção emergente de realidade, que “pode ser percebida e vivida de uma maneira diferente daquela que alguém pensava ser a única forma possível” (Berger, 2017, p. 24).

Esse paradoxo é especialmente palpável em organizações conservadoras, à exemplo de denominações evangélicas, especialmente as pentecostais e neopentecostais. A modernidade catalisa uma crise de sentido que, paradoxalmente, permite que tais instituições se afirmem como autoridades na produção de sentido e orientação. Contudo, esse mesmo ambiente moderno promove um pluralismo fundamentado em processos de relativização que desafiam o domínio dessas mesmas entidades. Berger (2017) identifica o pluralismo como “o grande desafio a todas as tradições e comunidades religiosas na era moderna” (p. 44). Frente a esta dinâmica complexa, o fundamentalismo surge como uma resposta, uma tentativa de reafirmar certezas inabaláveis em meio à fluidez da era moderna. Este cenário sugere uma necessidade de renovação constante por parte das instituições religiosas, as quais devem equilibrar sua natureza conservadora com a exigência de dialogar com uma realidade em constante mutação.

Berger aponta o fundamentalismo como uma tentativa de resgatar a certeza em meio a um mar de incertezas modernas, descrevendo-o como “um esforço para restaurar a certeza ameaçada” (2017, p. 34), e prossegue em uma análise mais detalhada ao considerá-lo “um projeto de eliminação total da dúvida, uma tentativa de restaurar, nas condições modernas, a certeza do dado-como-certo de uma sociedade pré-moderna” (2017, p. 73). A dissecção desta relação entre modernidade, pluralidade e fundamentalismo é importante para decodificar as intrincadas dinâmicas que impulsionam a sociedade contemporânea. Em busca de uma compreensão mais nuançada do fundamentalismo, é necessário desembaraçar o emaranhado de significados atribuídos a este conceito. Mendonça e Velasques Filho (1990) oferecem uma definição pragmática, descrevendo o fundamentalismo como “corrente que

defende pontos que considera fundamentais na doutrina e na moral, sendo extremamente conservadora” (p. 141). Essa corrente é alimentada pela percepção de uma ameaça aos alicerces de uma tradição, impelindo os seus adeptos a uma campanha resoluta de restauração.

Além do mais, o termo "fundamentalismo" frequentemente se acha atrelado a imagens de intensidade religiosa e de um antagonismo ferrenho contra as manifestações culturais e sociopolíticas da modernidade. No entanto, as raízes e as ramificações do fundamentalismo são mais profundas e extensivas do que um simples confinamento ao religioso. Suas marcas distintivas abarcam um reacionarismo acentuado – uma resposta contundente contra as várias expressões da modernidade, sejam elas manifestações culturais, avanços tecnológicos ou movimentos políticos. É notável, também, uma inclinação para a adesão a uma leitura literal de escrituras ou a uma interpretação inflexível de princípios considerados como fundamentais, um fenômeno conhecido como literalismo. Há, conjuntamente, uma propensão à crença na exclusividade da própria visão ou perspectiva, frequentemente com uma rejeição sumária de visões alternativas. A visão fundamentalista é demarcada por uma distinção rígida e indubitável entre o bem e o mal e por uma exigência de adesão estrita às normas morais vigentes:

O fascínio do fundamentalismo provém de sua promessa de emancipar os convertidos das agonias da escolha. Aí a pessoa encontra, finalmente, a autoridade indubitavelmente suprema, uma autoridade para acabar com todas as outras autoridades. A pessoa sabe para onde olhar quando as decisões da vida devem ser tomadas, nas questões grandes e pequenas, e sabe que, olhando para ali, ela faz a coisa certa, sendo evitado, desse modo, o pavor de correr risco (Bauman, 1998, p. 228)

O fundamentalismo religioso, radicado na busca por um retorno às origens e fundamentos inalteráveis da fé, nega as interpretações que emergem com a modernidade e se apegam a uma exegese literalista dos textos canônicos. Arens (2007, p. 60) discorre que os fundamentalistas se apegam estritamente ao texto, em detrimento da mensagem subjacente, exemplificando com a narrativa bíblica da criação do homem a partir do barro, onde a ênfase deveria recair sobre Deus como o criador originário, e

não sobre os detalhes materiais do ato criativo. Os fundamentalistas, em sua abordagem textual, tendem a negligenciar as discrepâncias inerentes ao compêndio bíblico – os reflexos das tradições orais, as narrativas duplicadas que abordam um mesmo evento sob perspectivas distintas, a ausência de sequência cronológica e a presença de anacronismos (Arens, 2007, p. 65) – em sua busca por uma verdade inequívoca e intocada pelo tempo:

Tudo isto implica que nem tudo o que se encontra na Bíblia deve ser absolutizado e considerado indefectivelmente correto e válido para todos os tempos. A interpretação é relativa à medida que depende do nível cultural e cognitivo, tanto do emissor como do receptor (Arens, 2007, p. 89).

Sobre o fundamentalismo religioso, Bauman destaca seu caráter totalitário e a sua abertura para outras formas de fundamentalismo:

O fundamentalismo religioso pertence a uma família mais ampla de soluções totalitárias ou protototalitárias, oferecidas a todos os que deparam a carga da liberdade individual excessiva e insuportável. Além do fundamentalismo religioso, a família inclui muitas formas de fundamentalismo étnico, de orientação racial ou tribal, todas constituindo oposição tanto ao estado secular como à cidadania indiscriminada e não-discriminadora (denegrida como ‘abstrata’), que vêm agora tomar o lugar dos geralmente desacreditados movimentos políticos totalitários (como o comunismo ou o fascismo)” (Bauman, 1998, p. 229).

Neste ambiente fluido, onde o pluralismo se instala como uma força inexorável, Berger (2017, p. 83) sublinha a inevitabilidade da escolha. O pluralismo impõe aos indivíduos a necessidade de navegar por um leque de opções religiosas e seculares, uma tarefa que, embora possa ser vista como emancipatória por alguns, revela-se angustiante para outros. O resultado dessa dialética é um terreno propício para o ressurgimento de formas fundamentalistas de religiosidade, pois, diante da angústia da escolha e do temor ao relativismo, muitas instituições religiosas passam a oferecer uma âncora na forma do fundamentalismo, propondo um retorno a um suposto fundamento inquestionável como estratégia de resistência às ondas de mudança. Berger argumenta que a consciência moderna do indivíduo é palco de múltiplos discursos, alguns seculares e outros religiosos, com a pessoa

moderna habitualmente negociando entre estes dois âmbitos (2017, p. 111). Esta capacidade de manejar e articular os discursos seculares e religiosos é, para Berger, distintiva da identidade moderna (2017, p. 112).

Ilustrando essa dualidade, Berger menciona o exemplo de um indivíduo religioso que, após sofrer um acidente, ora pedindo a Deus por ajuda, mas também procura assistência médica imediata. Esse comportamento reflete uma conciliação entre as crenças religiosas e as soluções seculares, uma espécie de "duplo discurso". Quando a recuperação ocorre, a interpretação pode ser a de que "Deus usou a mão dos médicos para me curar", demonstrando como mesmo um fundamentalista pode incorporar elementos da modernidade em sua prática religiosa. De maneira similar, as comunidades pentecostais com suas rigorosas normas sobre vestimenta, ou mesmo os muçulmanos com sua rica tradição, podem adotar posturas que refletem um entendimento moderno da vida, sem abandonar suas convicções. O cerne desta questão reside na capacidade de negociação e adaptação dos discursos, que permite a indivíduos e comunidades manterem suas crenças essenciais enquanto engajam com os elementos multifacetados do mundo contemporâneo.

As escolhas refletem a noção de que certas esferas da existência podem ser mais adequadamente governadas por princípios seculares, uma flexibilidade que Berger identifica como uma característica da modernidade, até mesmo para aqueles com crenças fundamentalistas. Tal como Berger aponta, "o fundamentalismo procura provocar uma mentalidade arcaica sob condições modernas" (2017, p. 132), o que sugere um desejo de manter uma perspectiva tradicionalista, mesmo enquanto se navega em um contexto moderno.

Em outro exemplo, fiéis pentecostais podem profetizar a salvação universal, enquanto politicamente apoiam candidatos cujas plataformas incluem políticas de tolerância zero, resumidas na expressão "bandido bom é bandido morto". Esta aparente dicotomia, que pode ser interpretada como hipócrita, revela-se complexa sob um olhar fenomenológico que reconhece a coexistência de múltiplas realidades e verdades para o indivíduo. Nessa

perspectiva, o fenômeno religioso não é uma entidade estática, mas sim dinâmica, moldada pela constante interação entre crenças arraigadas e a realidade em constante mutação que caracteriza a modernidade. Assim, o fundamentalista, ao se deparar com as exigências práticas da vida contemporânea, pode encontrar-se aplicando uma hermenêutica pragmática que prioriza certos discursos seculares sobre os religiosos em situações específicas, evidenciando o dinamismo intrínseco à vivência da fé no mundo atual:

O indivíduo moderno pode desenvolver, e em muitos casos realmente desenvolveu, a capacidade de administrar tanto as definições religiosas quanto as definições seculares da realidade, dependendo de qual é diretamente relevante para o assunto em questão (Berger, 2017, p. 118).

Para o praticante do fundamentalismo religioso, não há contradição em suas ações diárias e sua devoção espiritual. Capazes de passar o dia imersos em controvérsias que podem colidir com a defesa de direitos humanos, muitos deles, ao entardecer, encontram conforto e refúgio no ambiente sacro de suas igrejas, dedicando-se à oração com fervor. Esta capacidade de separar as esferas do cotidiano e do religioso é intrínseca à sua prática de fé. Como apontado por Mendonça e Velasques Filho, a autopercepção desses indivíduos raramente converge com o rótulo de "fundamentalista". Ao invés disso, eles tendem a se autodenominar "evangélicos-conservadores", evitando assim a conotação frequentemente pejorativa associada ao fundamentalismo (1990, p. 139).

Dispensacionalismo

No contexto da transformação sociocultural característica da modernidade, diversas denominações evangélicas têm recorrido ao fundamentalismo como um mecanismo para confrontar as pressões contemporâneas. Esse recurso se manifesta, primordialmente, através de uma exegese literal e intransigente das Escrituras, postura que pavimenta o caminho para a adoção de teologias dispensacionalistas. Estas teologias oferecem um prisma através do qual as Escrituras não são apenas

interpretadas, mas também utilizadas como um instrumento de justificação para uma gama de práticas e posições que, sob escrutínio ético e teológico mais amplo, revelam-se problemáticas. Assim, a leitura literalista adotada por essas igrejas frequentemente transcende a esfera do espiritual, influenciando comportamentos e políticas que podem entrar em conflito com os princípios de uma sociedade pluralista e com as noções amplamente aceitas de direitos humanos e dignidade.

Dentro do espectro teológico, o dispensacionalismo é caracterizado por uma narrativa que sublinha uma sequência de alianças divinas distintas. Estas, supostamente, definem a relação entre Deus e humanidade. Topel aponta que o dispensacionalismo prega o relacionamento divino transcendendo diferentes eras, desde a época de Abraão, passando por Moisés, estendendo-se à Igreja e culminando com o sionismo (2011, p. 39). Esta doutrina, profundamente enraizada nas escrituras veterotestamentárias, preconiza a visão de que o cumprimento das promessas bíblicas está intrinsecamente ligado à atribuição e ao reconhecimento de um território especificado para o povo judeu, e identifica um papel central para o Estado de Israel no contexto da segunda vinda de Cristo, ou Parusia, conforme McDermott (2016) explora. Essa perspectiva dispensacionalista, portanto, não só esculpe a compreensão da trajetória escatológica, mas igualmente exerce um papel influente no panorama geopolítico, colorindo as percepções e ações relacionadas ao papel de Israel e às dinâmicas políticas do Oriente Médio.

Os postulados dispensacionalistas, apesar de amplamente difundidos em certos círculos religiosos, não estão imunes a críticas severas. Alguns estudiosos, como Feyerabend (2000, p. 59), contestam a doutrina por considerarem que ela carece de um fundamento sólido nas Escrituras. Por outro lado, Wohlberg (2016) questiona a validade contemporânea dos supostos privilégios divinos de Israel, refutando a ideia de que tais favorecimentos perdurem no presente. Não obstante, persistem aqueles que advogam a favor dessa visão teológica, apoiando-se em uma hermenêutica que enaltece a distinção e a literalidade das alianças bíblicas como argumento central de suas crenças (Woods, 2016). Essa aderência resoluta ao dispensacionalismo reflete a contínua tensão entre interpretações tradicionais e contemporâneas

da teologia bíblica, um debate que é tanto exegético quanto existencial na natureza da fé moderna.

O dispensacionalismo indica que, no apogeu dos tempos, Deus honrará os compromissos estabelecidos nas profecias bíblicas com o povo israelita, culminando na restauração do reino davídico em Jerusalém. Neste local, segundo a doutrina, será estabelecido o governo milenar de Cristo sobre o mundo. Dentro desta esfera de crenças, o milenarismo e o pré-milenarismo despontam como pilares do dispensacionalismo: o primeiro ressalta a duração do reinado terreno que se espera ser instaurado por Jesus Cristo, enquanto o segundo preconiza que a segunda vinda do Messias será antecedida pela ascensão de Israel como nação dominante no panorama global.

Ademais, o dispensacionalismo possui uma visão particularmente detalhada acerca do escatológico fim do mundo, que se desdobra em uma sucessão de eventos apoteóticos, incluindo o arrebatamento daqueles que serão salvos - os evangélicos, uma era de perseguições conhecida como Grande Tribulação e, finalmente, o advento do Juízo Final. É justamente a natureza dramática destes eventos que empresta ao dispensacionalismo um apelo vigoroso entre os crentes, de modo que "talvez esse caráter performático que faz com que o dispensacionalismo tenha apelo para sua adesão. Há nessa concepção uma convocação para os fiéis: não basta ter fé para ser aprovado por Deus, é preciso estar ao lado de Israel" (Machado et al, 2022, p. 227).

O coração do dispensacionalismo, e as controvérsias que o circundam, brotam de uma leitura e hermenêutica fundamentalista das Escrituras. Esta abordagem é caracterizada por uma adesão estrita ao texto bíblico, privilegiando o significado mais aparente e rejeitando interpretações mais flexíveis ou metafóricas das passagens sagradas. Em sua essência, a hermenêutica fundamentalista se pauta pela convicção de que a Bíblia, como a infalível palavra de Deus, deve ser compreendida à luz de seu significado literal, histórico e profético. Esta metodologia exegética rechaça os métodos críticos modernos que integram contextos históricos e culturais na interpretação dos textos. Para os fundamentalistas, a Escritura não é apenas

um registro de interações divinas com a humanidade, mas um mapa imutável e atemporal que delinea a realidade espiritual e escatológica, e cujas profecias são relevantes e aplicáveis até o atual estado da humanidade.

A insistência nessa modalidade interpretativa confere ao dispensacionalismo sua notória firmeza doutrinária, mas também o expõe a críticas que o acusam de uma simplificação exagerada da narrativa bíblica. Os detratores argumentam que o fundamentalismo hermenêutico falha ao não considerar a complexidade dos textos bíblicos, que incluem gêneros literários diversos, subtextos culturais e um espectro amplo de autoria humana sob inspiração divina. Além disso, essa leitura pode levar a um certo isolacionismo teológico, onde as interpretações são fechadas às influências externas e às contribuições de outras disciplinas acadêmicas. Essa abordagem, enquanto fornece um porto seguro para os crentes que buscam certezas inabaláveis em um mundo em fluxo, muitas vezes os coloca em rota de colisão com uma sociedade que avança no reconhecimento da multiplicidade de narrativas e verdades.

Dentro do amplo espectro do fundamentalismo evangélico, particularmente nas vertentes pentecostal e neopentecostal, a escatologia desempenha um papel central, não apenas como um elemento doutrinário, mas também como uma característica performática da fé. A narrativa escatológica, com sua ênfase dramática, é muitas vezes desenhada com cores vivas de um iminente fim do mundo, um drama apocalíptico que mobiliza e energiza os fiéis. Passagens como Mateus 24:6-7 — "E ouvireis de guerras e rumores de guerras... Porquanto se levantará nação contra nação, e reino contra reino. E haverá fomes, e pestes, e terremotos, em vários lugares" — são frequentemente invocadas, embora sua aplicação descontextualizada ignore as complexidades históricas e culturais em que foram escritas. O fervor com que tais versículos são proclamados muitas vezes negligencia a intenção original e a audiência para a qual foram destinados, em vez disso, são utilizados para pintar uma imagem contemporânea carregada de um imediatismo urgente.

Esse fervor escatológico se manifesta não só na pregação de um fim catastrófico, mas também na ativa busca por sinais e marcos proféticos nos eventos mundiais atuais, muitas vezes levando a interpretações que se alinham mais com uma ideologia específica do que com uma exegese equilibrada. Versículos como 1 Tessalonicenses 5:2 – "Porque vós mesmos sabeis perfeitamente que o dia do Senhor virá como o ladrão de noite" – são empregados para instigar uma vigilância constante, mas podem conduzir a uma mentalidade de cerco, onde os eventos globais são vistos não como fluxos históricos naturais, mas como prelúdios orquestrados para o clímax da história humana. Essa tendência a adaptar o texto sagrado às circunstâncias atuais evidencia uma das críticas mais contundentes ao fundamentalismo: a de que sua abordagem à Escritura, embora buscando fundamentar-se na autoridade e na inerrância bíblica, pode paradoxalmente levar a um distanciamento do contexto bíblico autêntico e uma superposição do texto com leituras modernas anacrônicas.

Considerações Finais

O embate entre o fundamentalismo e a modernidade ilustra uma tensão fundamental na sociedade contemporânea, onde a busca por certezas absolutas e o conforto de verdades inabaláveis enfrenta o fluxo cada vez mais diversificado e pluralista da modernidade. A aderência estrita ao literalismo bíblico e a interpretação dispensacionalista, como abordado no texto, refletem não apenas um anseio por ordem e clareza em um mundo que parece cada vez mais complexo, mas também uma resistência em confrontar as nuances e ambiguidades que caracterizam a condição humana. Este fenômeno não é apenas um reflexo da necessidade humana de segurança e pertencimento, mas também um indicativo de como as estruturas de poder e as narrativas históricas são continuamente negociadas e reinterpretadas nas comunidades de fé.

A ascensão do dispensacionalismo e sua leitura política dos textos sagrados trazem à tona o desafio de harmonizar fé e razão, tradição e inovação, em um mundo que não cessa de se reinventar. Ao politizar a

escatologia e ao conferir ao Estado moderno de Israel um papel central na narrativa da salvação, essa hermenêutica não apenas simplifica as complexidades do texto bíblico, mas também infunde a geopolítica contemporânea com uma carga teológica que muitas vezes ignora o sofrimento humano e os imperativos de justiça e paz. Assim, embora busque responder às crises de sentido da modernidade, o dispensacionalismo frequentemente se encontra em uma encruzilhada, onde a literalidade da fé pode entrar em conflito com as realidades multifacetadas do mundo moderno.

Por fim, a tarefa de interpretar textos antigos em contextos modernos emerge como um desafio premente, levantando questões sobre a natureza da autoridade, a interpretação e a aplicabilidade dos ensinamentos religiosos. A complexidade deste empreendimento reflete a própria complexidade da modernidade, exigindo um equilíbrio delicado entre a fidelidade à tradição e a abertura à mudança. O caminho adiante, portanto, pode não residir em uma rejeição do moderno em favor do antigo, ou vice-versa, mas em um diálogo contínuo e respeitoso entre os dois, onde a fé e a razão sejam vistas não como adversárias, mas como colaboradoras na construção de um mundo que respeita tanto a diversidade de crenças quanto a unidade da experiência humana.

Rerefências

ARENS, Eduardo. *A Bíblia sem mitos: uma introdução crítica*. São Paulo: Paulus, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BERGER, Peter. *Os múltiplos altares da modernidade: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista*. Petrópolis: Vozes, 2017.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CORREA DE ARAUJO, Jose Wiliam. *A noção de consciência moral em Bernhard Haring e sua contribuição à atual crise de valores*. Orientador: Nilo Agostini.

2007. Tese (Doutorado em Teologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. disponível em: <https://doi.org/10.17771/pucRio.acad.10103>. acesso em: 4 out. 2023.

FEYERABEND, Henry. *101 Perguntas e Respostas Mais Frequentes*. São Paulo: UCB, 2000.

GOERGEN, Pedro. O embate modernidade/pós-modernidade e seu impacto sobre a teoria e a prática educacionais. *EccoS-Revista Científica*, 2012, p. 149-169.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Tradução: Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. 1ª ed., 2ª tir. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

LIBÂNIO, João Batista. *Teologia da revelação a partir da modernidade*. 2. e., São Paulo: Loyola, 1995.

MACHADO, Maria das Dores Campos; MARIZ, Cecília Loreto; CARRANZA, Brenda. Genealogia do sionismo evangélico no Brasil. *Religião & Sociedade*, v. 42, p. 225-248, 2022.

McDERMOTT, Gerald R. A new Christian Zionism. *Providence Magazine*. 2016. Disponível em: <https://providencemag.com/2016/04/new-christian-zionism/>.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Editora Loyola, 1990.

TOPEL, Marta Francisca. A inusitada incorporação do judaísmo em vertentes cristãs brasileiras: algumas reflexões. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, ano IV, nº 10, maio 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30382>.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WOODS, Andy. *Hermenêutica dispensacional: O Método [literal] Gramatical - Histórico*. Disponível em: <http://solascriptura-tt.org/EscatologiaEDispensacoes/HermeneuticaDispensacional-MetodoLiteralGramatical-Historico-AWoods.htm>. Acesso em: 20 out. 2023.

Trabalho submetido em 06/11/2023.
Aceito em 06/12/2023.

Liniker Henrique Xavier

Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Mestre em Teologia pela Unicap (2018). Possui graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Faculdade Joaquim Nabuco (2013). É membro pesquisador do grupo de pesquisa Cristianismo e Interpretações, da Universidade Católica de Pernambuco. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9231-2164>. E-mail: linikerxavier@gmail.com